

**UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL REI - UFSJ  
NÚCLEO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA – UFSJ**

**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL**

**A GESTÃO EM FINANÇAS PÚBLICAS E TRIBUTÁRIA NO MUNICÍPIO DE  
JABOTICATUBAS**

**FABIO MOREIRA SANTOS**

**SÃO JOÃO DEL REI - 2018**

## **Sumário**

<b>1- INTRODUÇÃO.....</b>	<b>3</b>
1.1 - OBJETIVO .....	4
<b>2 - REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	<b>5</b>
2.1 - ARTIGOS RELEVANTES PARA A PESQUISA .....	8
<b>3 - METODOLOGIA .....</b>	<b>10</b>
<b>4 - PLANO DE GOVERNANÇA.....</b>	<b>11</b>
<b>6 - CONCLUSÃO .....</b>	<b>31</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>35</b>

## 1- Introdução

A economia Brasileira passa por um dos piores momentos da história do Brasil. A globalização tão comentada e comemorada por muitos, tem de certa forma influenciado a vida dos brasileiros, pois, com o sobe e desce da bolsa e do dólar, hora beneficia os empresários, hora prejudica os entes Federados.

Com a concentração de recurso no Governo Federal, que fica com aproximadamente 50% de todos os impostos arrecadados, os governos dos estados e, principalmente as prefeituras, têm passado por grandes dificuldades financeiras. A população que vive no município cobra do Gestor que está mais perto, neste caso, os prefeitos das combalidas prefeituras do Brasil.

Dessa forma, com o propósito de apresentar meios que possam permitir o aumento das receitas próprias para qualificação dos serviços públicos, este trabalho tem como tema: “A gestão em finanças públicas e tributárias no município de Jaboticatubas”. Para isso, tentaremos demonstrar formas de se conquistar melhores receitas, fazer com que os gestores municipais passem a serem gestores públicos e atuem como administradores.

Como citado, o tema do trabalho irá envolver o município de Jaboticatubas, inserido na Região Metropolitana de Belo Horizonte, que tem um território de 1.124 km<sup>2</sup>. Em seu território encontra-se o Parque Nacional da Serra do Cipó, com 65% da sua área, dentro do Município. Até o final da década de 1970, o município tinha 80% de sua população vivendo na Zona Rural, sendo sua economia essencialmente agrícola. Da década de 1980 até 2000, houve uma reforma agrária natural, onde as grandes fazendas foram sendo divididas para os filhos, que dividiram com os netos e bisnetos. Assim, entre 1984 até os anos de 1990, o Município chegou a ser grande fornecedor de hortifrutigranjeiros para CEASA MG. Após este período, veio aos poucos perdendo a produtividade para outros municípios, principalmente por causa do Projeto Jaíba, conforme dados da CODEVASF<sup>1</sup>, que teve início da operação nos anos 1980, com assentamento das Primeiras Famílias<sup>2</sup>. Desde então, diversos Municípios se transformaram em produtores de hortifrutigranjeiros e Jaboticatubas então passou a perder muita receita, sendo que os recursos próprios representam apenas 3% de todas as

---

<sup>1</sup> Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
(<http://www.codevasf.gov.br/>)

<sup>2</sup> Prefeitura de Jaboticatubas

receitas municipais. A população mudou para a cidade, dividindo 50% na Zona Urbana e 50% na Zona Rural, passando de 8.000 para 19.000 habitantes nos dias de hoje, acrescentando a isto, mais 10.000 habitantes flutuantes residem em sítios e casas nos diversos empreendimentos imobiliários existentes.

Desde todas essas mudanças, houve a premente necessidade de rever os conceitos de gestão pública Municipal e buscar implementar uma administração voltada para a busca constante de recursos, seja nas esferas Estadual ou Federal, através de convênios e, principalmente, buscando melhorar as receitas municipais e assim poder cumprir com compromissos legais, e com as Políticas Públicas.

### **1.1 - Objetivo**

O objetivo desse trabalho consiste em levantar ações para elaboração de um plano de governança visando verificar quais os instrumentos de planejamento existentes no Município e aqueles que deveriam ser implantados.

## 2 - Referencial teórico

Com a promulgação da Constituição Federal em 1988, os municípios foram considerados entes autônomos da Federação, a descentralização das políticas públicas se tornou mais intensa, e os municípios foram assumindo responsabilidades que eram das esferas Estadual e Federal. Os Municípios tiveram que se aparelhar melhor, investindo em capacitação técnica e, sobretudo, em pessoal para suprir essas novas demandas. Os entes Estadual e Federal, foram transferindo parte das suas responsabilidades para os Municípios sem a correspondente transferência de recursos, enquanto a União, além de adotar esse mesmo procedimento, criou mecanismos financeiros que diminuía os recursos dos mesmos como, por exemplo, com a criação de novas contribuições e com o aumento de alíquotas daquelas existentes, já que não são compartilhadas.

Baseado em estudos da Confederação Nacional de Municípios (CNM)<sup>2</sup> sobre a Carga Tributária Bruta Brasileira, e pegando como base os dados dos Relatórios Resumidos da Execução orçamentária (RREO) do 6º bimestre de 2017 enviados pelos Municípios à Secretaria do Tesouro Nacional – STN, de 2014 sobre a Receita Disponível por ente Federado e sobre as Finanças Públicas Municipais, foram realizadas estimativas a fim de comparar a evolução de receitas e despesas dos municípios.

Uma das principais das bandeiras da CNM é o Pacto Federativo ou Federalismo Fiscal. São conceitos que envolvem a suficiência da receita nas três esferas orçamentárias, de maneira que garanta a execução satisfatória de suas competências. A CNM divulga anualmente um estudo sobre a Receita disponível entre os três entes da federação. Esse estudo mostra que a União fica com 50% da arrecadação, os Estados com 31% e os Municípios com 19% de todo o bolo tributário nacional, conforme pode ser visualizado na Tabela 1.

**Tabela 1 - Receita disponível – em reais**

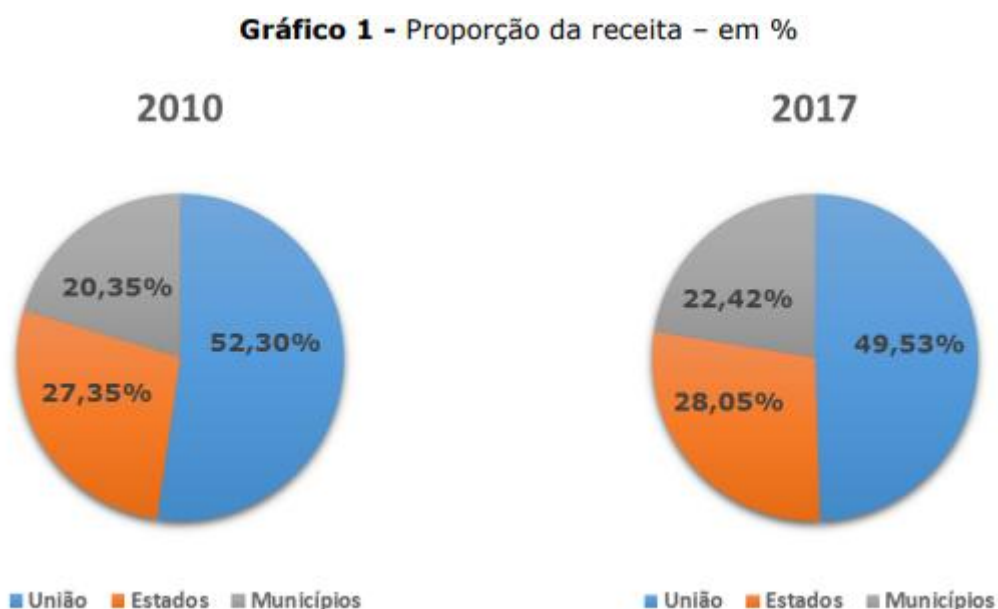
Ente	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
União	659.057	769.458	804.939	907.882	943.253	978.795	1.004.471	1.060.130
Estados	344.709	385.956	425.563	463.543	499.072	517.471	575.478	600.330
Municípios	256.490	301.111	356.920	389.376	426.649	450.310	459.569	479.922

Fonte: CNM

<sup>2</sup> <https://www.cnm.org.br/>

O total de transferências cresceu nos últimos anos, mas não o suficiente para aumentar a participação dos Municípios. As Receitas cresceram apenas no mesmo ritmo de crescimento da carga tributária. Em 2010, o total dos recursos para Municípios representavam 20,35% do arrecadado, enquanto em 2017 esse percentual foi de 22,42%, um aumento pouco expressivo mesmo após sete anos.

O total de transferências cresceu nos últimos anos, mas não o suficiente para aumentar a participação dos Municípios. As Receitas cresceram apenas no mesmo ritmo de crescimento da carga tributária. Em 2010, o total dos recursos para Municípios representavam 20,35% do arrecadado, enquanto em 2017 esse percentual foi de 22,42%, um aumento pouco expressivo mesmo após sete anos, conforme pode ser visualizado no 1 Proporção da receita em %. Gráfico 1.



**Fonte: CNM**

Ainda é possível observar que a receita dos Municípios entre arrecadação própria e transferências Constitucionais e legais. É possível observar que, a partir de 2012, com o advento da crise econômica, as transferências constitucionais e legais diminuíram em relação à arrecadação própria, passando de 72,30% do total para 71,64% em 2014. Um indicativo de que os Municípios aumentaram o esforço fiscal para compensar a perda de receita com transferências, mas não obtiveram aumento das receitas próprias.

A partir de 2012, com o advento da crise econômica, as transferências constitucionais e legais diminuíram em relação à arrecadação própria, passando de 72,30% do total para 71,64% em 2014. Um indicativo de que os Municípios

aumentaram o esforço fiscal para compensar a perda de receita com transferências, mas não obtiveram aumento das receitas próprias.

Receitas disponíveis por Entes Federados (%) - (fonte CNM) Figura 1

Entes	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Receita Disponível em 2016	Receita Disponível em 2017
<b>Receita Disponível</b>	<b>1.260.257</b>	<b>1.456.525</b>	<b>1.587.422</b>	<b>1.760.801</b>	<b>1.868.974</b>	<b>1.946.576</b>	<b>2.039.518</b>	<b>2.140.383</b>
<b>União</b>	52,30%	52,83%	50,71%	51,56%	50,47%	50,28%	49,25%	49,53%
<b>Estados</b>	27,35%	26,50%	26,81%	26,33%	26,70%	26,58%	28,22%	28,05%
<b>Municípios</b>	20,35%	20,67%	22,48%	22,11%	22,83%	23,13%	22,53%	22,42%

Fonte: Elaboração Própria – CNM

Diante deste quadro, acreditamos que nossa pesquisa será importante para demonstrar aos Municípios Brasileiros uma forma de melhorar as Receitas Municipais. Sobre este assunto, o sítio do [Tribunal de Contas da União/contas de governo](#), diz o seguinte: “A carga tributária é a parcela de recursos que o Estado retira compulsoriamente dos indivíduos e empresas para financiar as ações das três esferas governamentais....” A carga efetivamente disponível foi mensurada após serem computadas as transferências intergovernamentais realizadas no período, dentre elas as constitucionais, legais e voluntárias de caráter continuado... “A maior base de arrecadação é da União contando com 26 fontes de receitas tributárias, sendo estas taxas, contribuições e impostos. Enquanto isso, os Estados contam com 8 fontes de receitas, 10 quando se trata do Distrito Federal (inclui-se IPTU e ISS para o DF) e os Municípios...” Baseado nos dados do TCU, extraído pela Confederação Nacional dos Municípios, podemos ver que os Municípios vivem em dependência financeira dos Estados e da União. Em nosso estudo, a ideia é demonstrar que é possível diminuir esta dependência, elaborando planos, criando receitas e implantando uma gestão eficiente e qualitativa nas Prefeituras do Brasil. Diante deste quadro, entendemos ser de grande importância a busca por melhorias nas receitas municipais para que os municípios diminuam sua dependência financeira da União. Neste trabalho, elaboramos um quadro com constando um Plano de Governança com as ações a serem desenvolvidas e as metas a serem alcançadas, para atingirmos nosso objetivo.

## 2.1 - Artigos relevantes para a pesquisa

Dentre as leituras realizadas podem-se destacar o artigo Federalismo Fiscal: transferências voluntárias do Estado de Minas Gerais para seus Municípios Caroliny Aparecida Silva de Miranda (SEPLAG/MG)<sup>1</sup> que analisa os repasses financeiros do Governo de Minas Gerais aos Municípios nos anos de 2000 até 2012, a partir de três condicionantes: político-partidária, redistributiva e técnica. O objetivo foi verificar como esses fatores interferem, em maior ou menor proporção, no repasse desses recursos.

Também podemos verificar que no texto Involução Financeira e Políticas Públicas de Criação de Novos Municípios de Gleison Mendonça Diniz, Alexandre de Oliveira Nunes (TCM/CE). Este trabalho investigou a chance de involução financeira na criação de novos municípios no Ceará, a partir dos dados contábeis de 150 localidades. Foram consideradas variáveis de gestão municipal, como: autonomia financeira, dependência de transferências, despesas com pessoal e encargos, gastos com educação e com saúde. Os dados foram obtidos no site do Tesouro Nacional, com periodicidade quadrienal.

Outro estudo comparado da evolução de finanças públicas Estaduais no quinquênio 2012-2016: explorando diferentes trajetórias de déficit fiscal nos Estados e Distrito Federal de Thiago Alberto dos Santos Noce (SEPLAG/MG), Mariana Gomes Mendes (SEPLAG/MG), apresentou a preocupação em refletir sobre a evolução das finanças públicas estaduais frente à problematização da questão da crise fiscal. A decretação do estado de calamidade financeira por pelo menos 3 estados brasileiros levantou uma série de debates acerca da saúde fiscal dos entes subnacionais. A repercussão nacional em um discurso sobre sustentabilidade fiscal dos Estados brasileiros. Coordenação de políticas públicas: governança do orçamento para projetos sociais em tempos de crise.

Analisamos o equilíbrio fiscal e o controle de gastos no contexto dos programas de transferência de renda. Fabio Cidreira Cammarota (NeoPública) <sup>1</sup>, sobre as políticas sociais de prestação continuada e sobre a capacidade do Estado Brasileiro de controlar a correta aplicação dos mesmos. Isso ainda se torna mais grave em momentos de severa crise econômica, onde os grandes desafios do



governo concentram-se na manutenção do equilíbrio fiscal e na estabilidade monetária.

Outrossim, vimos sobre as bases para um novo modelo de administração pública orientada para resultados: Evolução dos paradigmas, novos princípios e dimensões operacionais de funcionamento, Alúcio Guimarães (Macroplan, Prospectiva, Estratégia & Gestão) Avilton Júnior (Governo do Estado do Ceará), Glaucio Neves (Macroplan, Prospectiva, Estratégia & Gestão). Este texto nos leva a entender sobre os paradigmas da administração pública que têm evoluído ao longo dos tempos, indo da Administração Patrimonial até o novo paradigma denominado Governança Pública, passando pela Administração Burocrática e a Nova Gestão Pública (NGP).

### **3 - Metodologia**

Como apresentado anteriormente, o objetivo do trabalho consiste em levantar ações para elaboração de um plano de governança visando verificar quais os instrumentos de planejamento existentes no Município e aqueles que deveria ser implantado. Para o desenvolvimento desse plano, a metodologia adotada neste trabalho consistiu na busca pelas informações e pesquisas em instituições tais como Tribunal de Contas do Estado e da União, TCMG e TCU, Instituto de Pesquisas Aplicadas IPEA, Confederação Nacional de Municípios, Sistema de tributação Nacional, SISTN etc. de forma a alcançar o aumento das receitas municipais, com ações de implantação de ferramentas de planejamento. Para tanto, buscamos dados bibliográficos em sítios de instituições Públicas com abordagem qualitativa e descritivas, pesquisando periódicos da Confederação Nacional de Municípios e outras entidades de apoio aos Municípios, busca de documentos junto aos órgãos de fiscalização de aplicação de recursos Municipais, bem como estudo de caso da Prefeitura de Jaboticatubas, colhendo dados dos últimos 5 anos.

#### 4 - Plano de Governança

Para alcançar os objetivos propostos, apresentamos as ações a serem desenvolvidas e assim alcançar as metas propostas:

#### Metas Propostas

<b>Ações</b>	<b>Metas a serem alcançadas</b>
1- Implantação do Plano Diretor	Ter instrumentos legais de planejamento para crescimento urbano ordenado e atender o Estatuto da Cidade
2- Implantação do Plano Municipal de Saneamento Básico	Atender Legislação Federal para buscar de recursos através de convênios
3- Revisão do Código Tributário	Atualização da legislação de forma a ter ferramentas para cobranças dos tributos Municipais
4- Correção do valor venal imobiliário das Tabelas de IPTU e ITBI	Aumento das receitas oriundas do IPTU e do ITBI
5- Revisão das despesas Municipais	Diagnostico das despesas públicas, para diminuir o déficit.
6- Implantação da Nota Fiscal Eletrônica	Aumento das receitas oriunda do ISS
7- Implantação do Georreferenciamento	Recadastramento imobiliário de todo o Município
8- Capacitação dos Servidores Públicos Municipais	Apresentação do Planejamento e das ações a serem implantadas
9- Envolvimento da Câmara de Vereadores	Apresentar as proposições de Leis a serem implantadas.
10- Implantação da Gestão de Frotas	Maximizar o uso consciente dos veículos e equipamentos bem como a manutenção preventiva
11- Implantação da Agencia de Desenvolvimento Municipal	Buscar desenvolver estudos e atrair investimentos como Indústrias e Empresas para o Município
12- Desenvolver as vocações Naturais do Município, Agricultura e Turismo.	Aproveitar o patrimônio Natural para desenvolver atividades econômicas Turísticas
13- Implantação do Portal de	Estabelecer diretrizes de transparência e sistema de prestação de contas e

Transparência	responsabilização, avaliação da imagem do Município e a satisfação dos cidadãos com os serviços prestados.
14- Implantar Plano de Governança Municipal	Avaliar o ambiente, os cenários, o desempenho e os resultados; Direcionar orientar a preparação, a articulação e a coordenação de políticas e planos, alinhando as funções organizacionais; Monitorar o resultado, o desempenho e o cumprimento de políticas e planos, confrontando-os com as metas estabelecidas e as expectativas da sociedade.
15-Implantar o Protocolo Eletrônico	Possibilitar um melhor atendimento aos usuários e bom andamento interno das rotinas Administrativas

## 5 – ANÁLISES DOS RESULTADOS

Em um contexto de gestão por resultados, um novo propósito se estabeleceu diante das receitas públicas. Nos últimos anos, a administração municipal tem adotado uma série de procedimentos para controle das despesas, de forma a otimizá-las. Porém, o compromisso com o equilíbrio fiscal passa pela atuação não só no controle das despesas, mas também na gestão eficiente das receitas públicas, principalmente as receitas próprias.

Desde 2013, o Município vem buscando enfrentar o problema da falta de recursos, bem com o equilíbrio das despesas Municipais de forma a equalizar as contas públicas. Em junho de 2014, o Município de Jaboticatubas/MG firmou convênio com uma Empresa Prestadora de Serviços para gestão informatizada do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISSQN), por meio de uma plataforma tecnológica através de um software de gestão para o controle e o combate à evasão fiscal do ISSQN. O sistema oferece apoio às atividades nas áreas de cadastro e gestão de documentos fiscais (físicos ou eletrônicos), controle financeiro e econômico dos contribuintes de ISSQN, declarações eletrônicas, gestão da dívida e controle de divergências, automação para área de protesto e notificação de autos de infração de ISSQN. Além da emissão de notas fiscais eletrônicas. A plataforma gera relatórios que permitem o cruzamento de dados, possibilitando mapeamento dos

maiores contribuintes do fisco municipal, a identificação das atividades com maiores fontes de receita, o acompanhamento do recolhimento dos impostos, o cruzando os dados com o banco do Simples Nacional, demonstrando eventual inconsistência e, principalmente, evitando-se a evasão fiscal. A Prefeitura contratou Fiscal de Tributos que foi treinado para efetivamente fiscalizar as empresas em todo o Município, Em outra ação, foi contratada também empresa para fazer o georreferenciamento de todo o Município, visando o recadastramento imobiliário. Para possibilitar as ações de fiscalização nas construções, foi implantada em parceria com o Ministério Público, Agencia Metropolitana de Belo Horizonte e Empresários da Associação de Empreendedores do Vetor Norte, a contratação de Empresa especializada para aplicar a Metodologia de atualização do Plano Diretor do Município, já atendendo as normas do Estatuto da Cidade e do Plano Metropolitano da Região de Belo Horizonte. Dentro deste aspecto, foi feita toda uma atualização das leis Municipais, Código de Obras, Nova Planta de valores Imobiliários, nova lei do ITBI com valores imobiliários de mercado, bem como a criação de diretoria de desenvolvimento econômico, visando à atração de empresa para o Município, e desenvolver as vocações naturais do Município, Turismo e Agricultura, buscando a exploração econômica da atividade Turística do parque Nacional da Serra do Cipó, cujo território abriga 65% da área do parque. Para que toda a população tenha o conhecimento das ações, foi implantado o Portal da Transparência.

## **ANALISE DOS RESULTADOS**

**Revisão e Implantação do Plano Diretor. Parceria ente a Prefeitura, Ministério Público Estadual, Associação de Empreendedores do Vetor Norte e Agencia Metropolitana de RMBH – sem custo para a Prefeitura**

## LEITURA COMUNITÁRIA PARA REVISÃO DO PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE JABOTICATUBAS. MG



**Leitura Comunitaria – 33 Oficinas nas Diversas Localidades Rurais de no Centro da Sede e do Distrito de São José do Almeida, Imagens 1, 2 e 3.**

### Imagem 1

REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE  
JABOTICATUBAS – LEI 1.905/2006



prefeitura de  
**Jaboticatubas**

#### OFICINAS

Em janeiro foram realizadas nove oficinas, em localidades diferentes do município, com objetivo de levar uma capacitação técnica e teórica básica sobre a importância do Plano Diretor para um município, a necessidade de revisão dada pela Lei Federal 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), suas potencialidades e restrições, influência da Lei no cotidiano dos cidadãos e da importância de planejar bem o território neste momento.

A partir deste conhecimento apresentado foram indicadas, através de contribuições dos cidadãos, características importantes do município como as relações externas e internas, destaques, potencialidades, carências e outros assuntos de relevância regional e geral do município. Os cidadãos puderam ter contato com leitura de mapas e imagens que contribuirão para a próxima rodada de oficinas.

Neste documento foi feita uma descrição sucinta de cada localidade ou região a partir das manifestações dos cidadãos registradas nas reuniões e oficinas. As manifestações dos cidadãos registradas nas oficinas de leitura comunitária e recebidas através dos questionários e formulários distribuídos foram condensadas em tabelas, por localidade e divididas em pontos positivos ou negativos e manifestações específicas;



## Imagem 2

### CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO



Imagem 001: Mapa do Estado de Minas Gerais com a localização (na região Central do Estado) do Município de Jabocatubas. Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Jabocatubas>

Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano de 2010, o município de Jabocatubas apresenta população de 17.134, com esmava de população para o ano de 2014 de 18.785 habitantes, em uma área de 1.114,97 Km<sup>2</sup>, área três vezes maior do que a da Capital (Belo Horizonte). Está localizado na região central do estado de Minas Gerais e é um dos trinta e quatro municípios que conformam a Região Metropolitana de Belo Horizonte.

No ano de 1.938, já com o território desmembrado de Santa Luzia, o Município de Jabocatubas foi criado pela Lei nº 148, de 17 de dezembro, compreendendo os Distritos da Sede, Baldim e Riacho Fundo, os dois últimos emancipados em 1.948 e 1.962, respectivamente.

Boa parte do Produto Interno Bruto (PIB) do Município está relacionado com a prestação de serviços, cuja origem está nas atividades Turísticas (hospedagem, alimentação, transporte, ocupação de fim de semana).

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Município indicado pelo IBGE é de 0,681 (2.412º em relação aos municípios brasileiros).

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) - Jabocatubas é 0,681, em 2010, o que situa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,600 e 0,699). A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é Longevidade, com índice de 0,837, seguida de Renda, com índice de 0,694, e de Educação, com índice de 0,543.

Variável	Produto Interno Bruto (Valor Adicionado)		
	Jabocatubas	Minas Gerais	Brasil
Agropecuária	14.010	15.568.048	105.163.000
Indústria	16.877	54.306.183	539.315.998

De 1991 a 2010, o IDHM do município passou de 0,374, em 1991, para 0,681, em 2010, enquanto o IDHM da Unidade Federativa (UF) passou de 0,400 para 0,707, uma melhoria de

## Imagem 3



Foto 16: oficina do dia 20/01/2015, Boa Vista e Bamburral (Bar do Ildeu Corrade), atividade em grupo com finalidade de caracterização. Nesta foto o grupo faz uma leitura com base em um mapa da área do entorno dos bairros Boa Vista e Bamburral, Reserva Real, Canto da Siriema, Recanto das Araras e proximidades.

Boa Vista e Bamburral são duas comunidades tradicionais do município, localizadas lado a lado, na região sul do município, com acesso pela MG-020; cada uma delas tem suas características específicas, mas tem problemas em comum, como o conflito com os condomínios fechados, que limitam o acesso a estas comunidades tradicionais e também restringem fisicamente seu desenvolvimento; o uso da água para a atividade agrícola e para o abastecimento geram conflitos e preocupa a possibilidade de contaminação. Não existe tratamento adequado do esgoto domiciliar; a grande maioria dos imóveis tem a situação dominial problemática, com parcelamentos irregulares ou clandestinos, falta de registro dos imóveis e controle do processo de compra e venda.

Estas comunidades precisam de ter sua identidade fortalecida para enfrentar seus problemas, de maneira específica, preferencialmente em conjunto, principalmente no que se refere ao recente processo de urbanização no qual passa o município.

## Atualização do Código e Obras – Lei Municipal 2.464/106

### Implantação da Outorga onerosa – Geração de receita para construções acima da taxa de ocupação - 0,8% do terreno



PREFEITURA MUNICIPAL DE JABOTICATUBAS  
Praça Nossa Senhora da Conceição, 38 - Centro - CEP: 35.830-000 - Jaboticatubas/MG

#### LEI Nº 2.464, DE 25 DE MAIO DE 2016

Dispõe sobre a revisão do Plano Diretor de Jaboticatubas, substituindo a Lei nº 1.905/2006, para atendimento ao disposto pelo artigo 42-B da Lei Federal 10.257/2001 (Estatuto da Cidade); compatibiliza diretrizes dadas pelo Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte (PDDI-RMBH), Estudos do Macrozoneamento Metropolitano e Lei Federal 13.089/2015 (Estatuto da Metrópole).

O Povo do Município de Jaboticatubas, por seus representantes na Câmara Municipal, aprovou e eu, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

#### TÍTULO I – DOS PRINCÍPIOS, OBJETIVOS E DIRETRIZES DA POLÍTICA URBANA

**Art. 1º.** Fica Estabelecido, nos termos desta Lei, o Plano Diretor do Município de Jaboticatubas, instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana, com o objetivo geral fazer do município uma referência de cidade tradicional brasileira, acolhedora, de comunidade pacífica, participativa nas questões culturais, econômicas, sociais e de planejamento, referência turística para o circuito das serras e das grutas, com serviços e oportunidades que garantam uma melhor qualidade de vida para sua população residente e turistas.

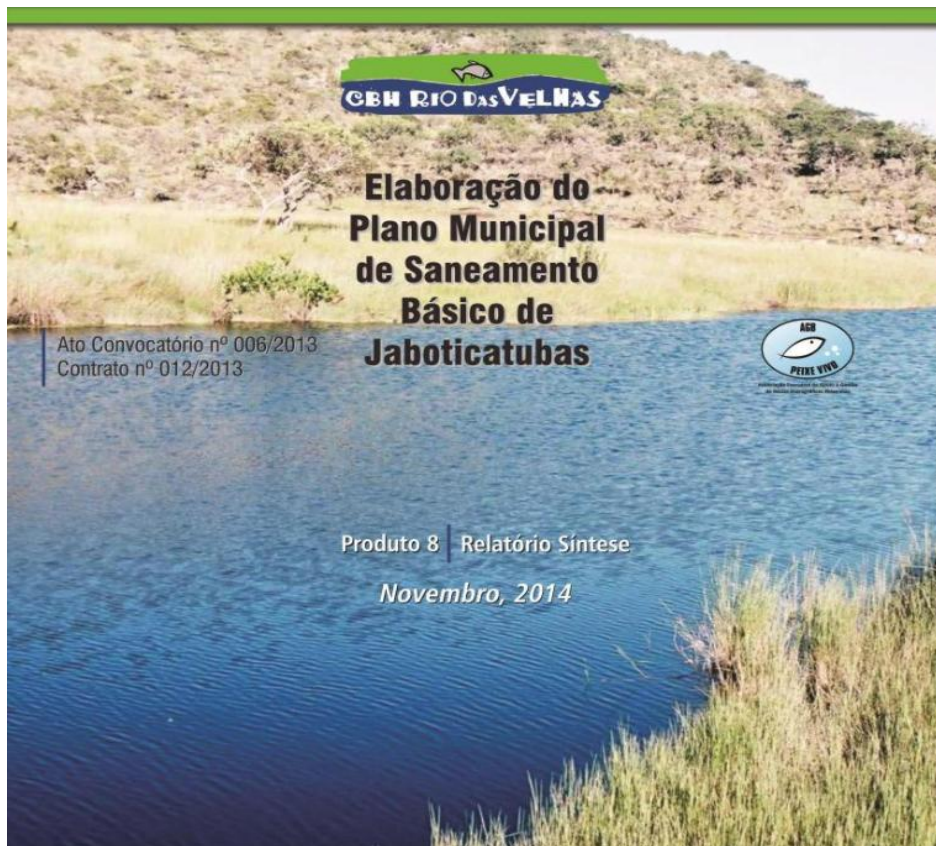
§ 1º. Este instrumento de planejamento ordenará o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade nas áreas urbanas e rurais garantindo o bem-estar de seus habitantes, observadas as normas contidas nos artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988, na Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade) e na Lei Orgânica deste Município, notadamente os artigos 183, 184 e 185.

§ 2º. Esta Lei integra, para as áreas definidas como urbana e expansão urbana, todos os requisitos dados pelo artigo 42-B do Estatuto da Cidade.

§ 3º. O Plano Diretor é parte integrante do sistema de planejamento e gestão do Município, alcança a totalidade de seu território e suas normas subordinam os



**Implantação do Plano Municipal de Saneamento Básico, parceria entre a Prefeitura e CBH Rio das Velhas - sem custo para a Prefeitura**



Quadro 2.1 – Produtos elaborados

PRODUTOS	
Código	Descrição
R1	Plano de Trabalho, Plano de Mobilização e de Comunicação Social do PMSB
R2	Diagnóstico da Situação do Saneamento Básico
R3	Prognóstico e Alternativas para Universalização dos Serviços
R4	Programas, Projetos e Ações
R5	Ações para Emergências e Congências
R6	Termo de Referência para a Elaboração do Sistema de Informações Municipais de Saneamento Básico
R7	Mecanismos e Procedimentos para Avaliação Sistemática do PMSB
R8	Relatório Final do PMSB – Relatório Síntese

## 1 DADOS DA CONTRATAÇÃO

Contratante: Associação Execuva de Apoio à Gestão de Bacias Hidrográficas Peixe Vivo – AGB Peixe Vivo.

Contrato Nº 12/2013.

Assinatura do Contrato: 26 de novembro de 2013.

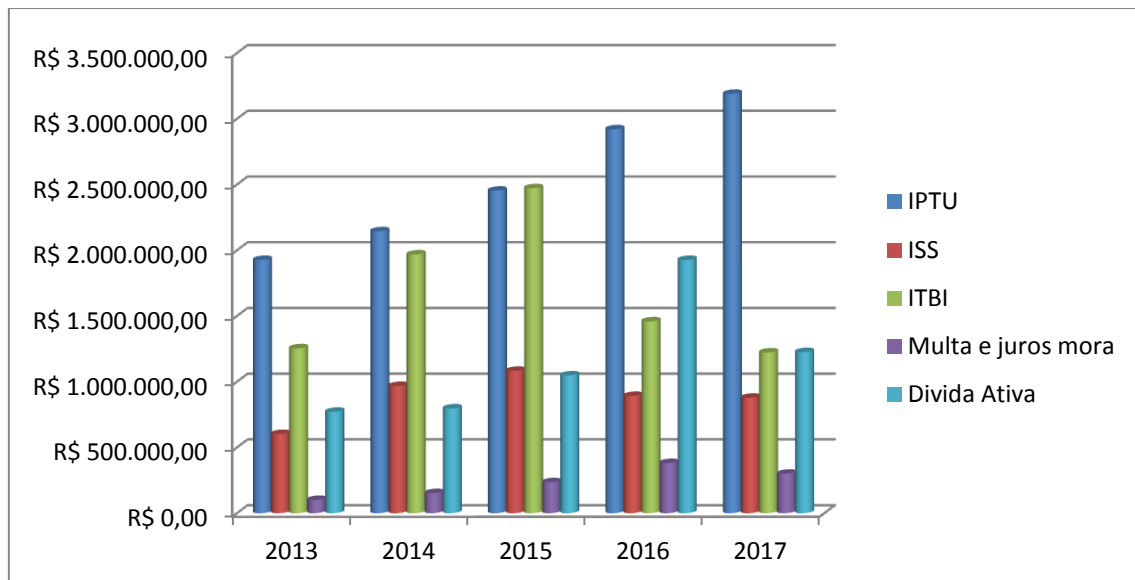
Assinatura da Ordem se Serviço: 26 de novembro de 2013.

Escopo: Elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico de Baldim/MG, Jaboticatubas/MG, Presidente Juscelino/MG; Santana de Pirapama/MG, Santana do Riacho/MG, e Funilândia/MG.

Prazo de Execução: 10 meses, a partir da data da emissão da Ordem de Serviço.

Valor Global: R\$ 1.250.000,00 (um milhão, duzentos e cinquenta mil reais).

## Aumento de Receitas - Evolução das receitas próprias – 2013/2017



Pelo Quadro da evolução das receitas, vimos um aumento no anos de 2014 e 2015 mas nos anos seguinte, devido a queda da atividade econômica, as receitas permaneceram em um patamar igual aos anos de 2013.

**LEI COMPLEMENTAR Nº 2.325/2013**

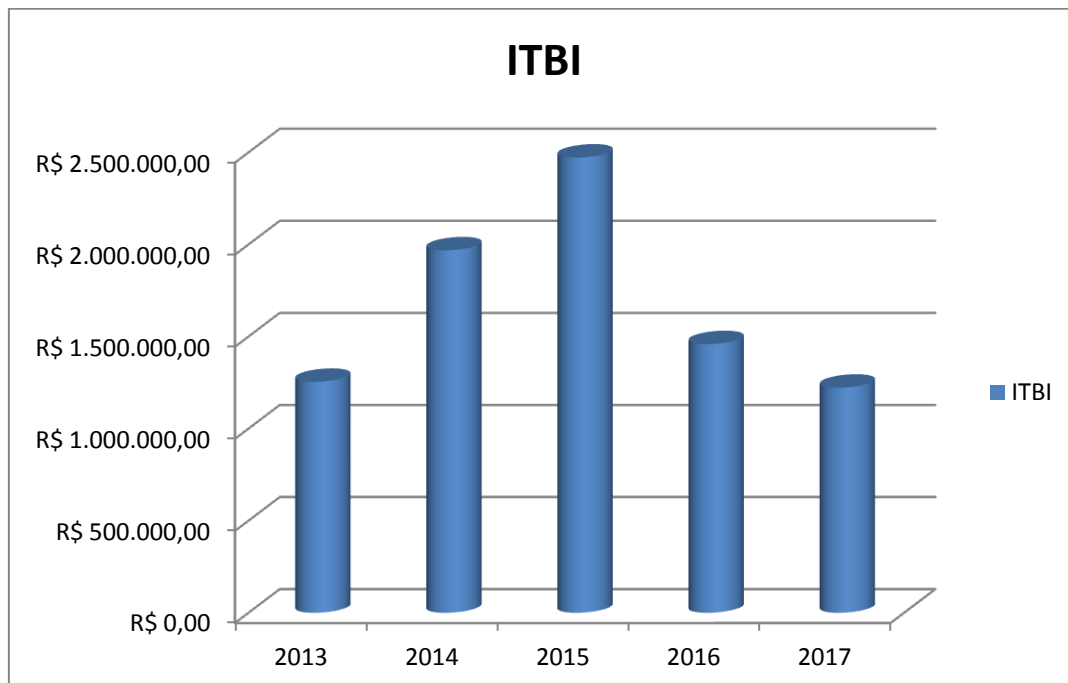
**EMENDA À LEI MUNICIPAL Nº 1.861, DE 30 DE SETEMBRO DE 2005, QUE INSTITUI O CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL DE JABOTICATUBAS.**

O Povo do Município de Jaboticatubas, por seus representantes na Câmara Municipal, aprovou e eu, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica incluída no anexo II da Lei 1.861/05, a tabela 4, com a seguinte redação e valores:

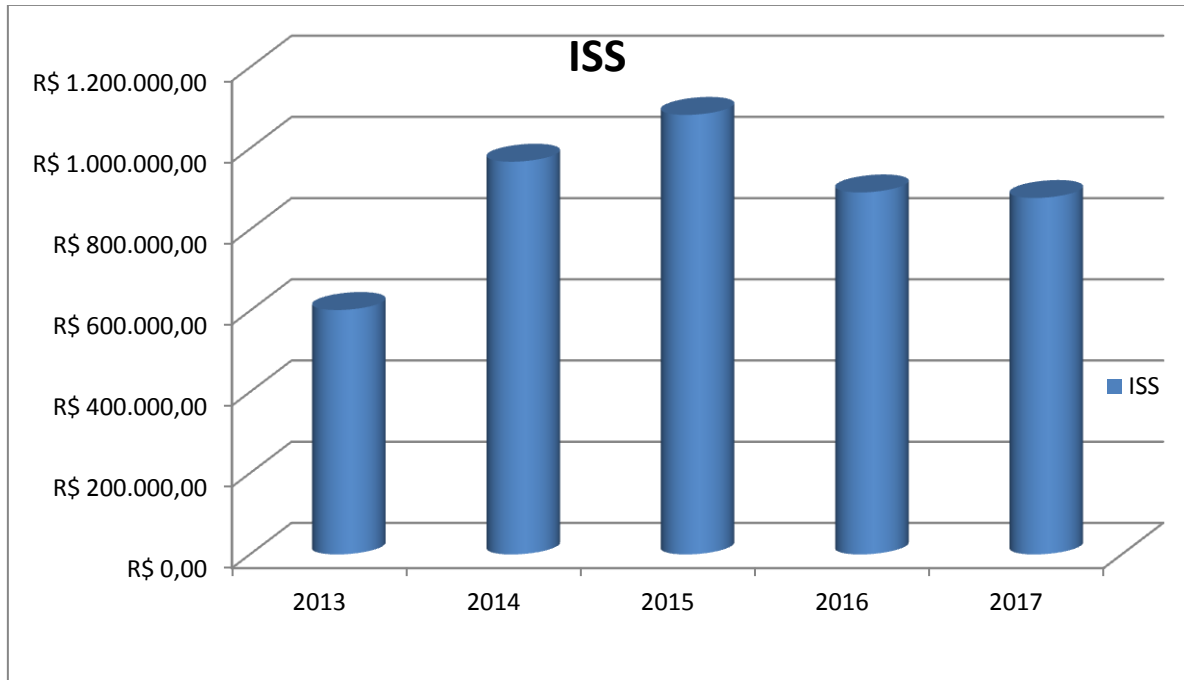
Planilha de referência de valores para base de cálculo do ITBI - Imposto de Transmissão Onerosa de Bens Imóveis por ato *inter vivos*

	DESCRIÇÃO DOS IMOVEIS	VALOR DE REFERENCIA R\$	
		Edificado Vr. m²	Terreno Vr. m²
GRUPO I	Reserva Real Hípica	1.000,00	350,00
	Reserva Real Golf	1.000,00	350,00
	Flyin – Tênis - Uptown	1.000,00	350,00
	Biovilla	1.000,00	350,00
GRUPO II	Bosque dos Coqueiros	600,00	112,00
	Canto da Siriema VIP	800,00	140,00
	Recanto da Serra	600,00	80,00
	Recanto das Araras I e II	600,00	80,00
	Zona Centro	600,00	400,00
	Morada do Lago I e II	800,00	80,00
GRUPO III	Villa Monte Verde I e II	800,00	80,00
	Quintas do Almeida	800,00	80,00
	Estancias da Mata I e II	800,00	80,00



I

Quanto ao ISS, podemos ver que houve aumento significativo no anos de 2014 e 2015, após a implantação da Nota Fiscal eletrônica, porém devido a crise financeira que aumentou nos anos de 2016 e 2017, houve uma queda na atividade econômica conforme dados do IBGE, divulgado em rede Nacional.



## Termo de Convênio com IEPT/MG para cobrança em cartório da dívida Ativa

**CONVÊNIO PROCEDIMENTAL PARA OPERACIONALIZAÇÃO DO ENVIO A PROTESTO DE CERTIDÕES DE DÍVIDA ATIVA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE JABOTICATUBAS/MG, ATRAVÉS DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO E O INSTITUTO DE ESTUDOS DE PROTESTO DE TÍTULOS DO BRASIL – SEÇÃO MINAS GERAIS (IEPTB/MG)**

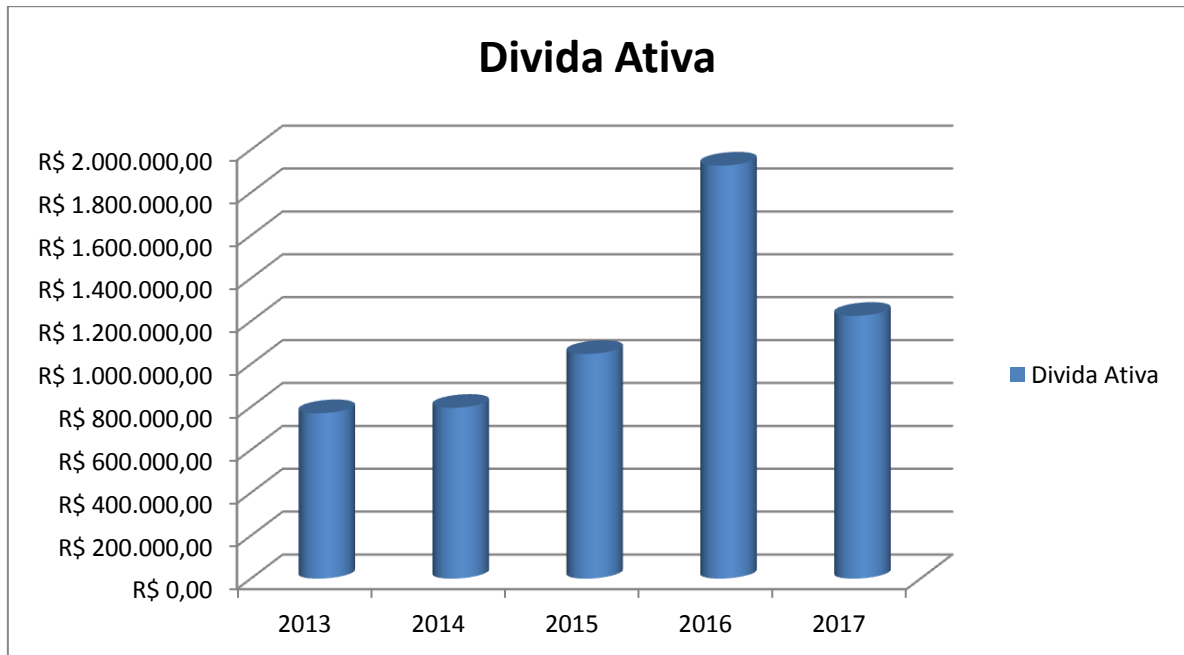
**O Município de Jaboticatubas**, inscrito no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas sob o nº 18.715.417/0001-04, com sede administrativa à Praça Nossa Senhora da Conceição, nº 38, Centro, Jaboticatubas/MG, neste ato representado pela Excelentíssima Senhora Procuradora Geral do **Município de Jaboticatubas**, Dra. Santusa Lopes dos Santos Ferreira, brasileira, solteira, Cédula de identidade nº MG – 13.699.646, CPF nº **064.560.316-30**, doravante denominado Município e o **INSTITUTO DE ESTUDOS DE PROTESTO DE TÍTULOS DO BRASIL - SEÇÃO MINAS GERAIS (IEPTB-MG)**, inscrito no CNPJ sob o nº 11.411.629/0001-40, com sede na Rua Rio de Janeiro, 1584, lj. 104 (térreo), Lourdes, Belo Horizonte, MG, neste ato representado por seu presidente Evérsio Donizete de Oliveira, brasileiro, casado, CPF 438.809.596-68, CI nº M-2.571.143, doravante denominado **IEPTB/MG**, resolvem celebrar o presente **TERMO DE CONVÊNIO** que se regerá pelas seguintes cláusulas:

### I – DO OBJETO

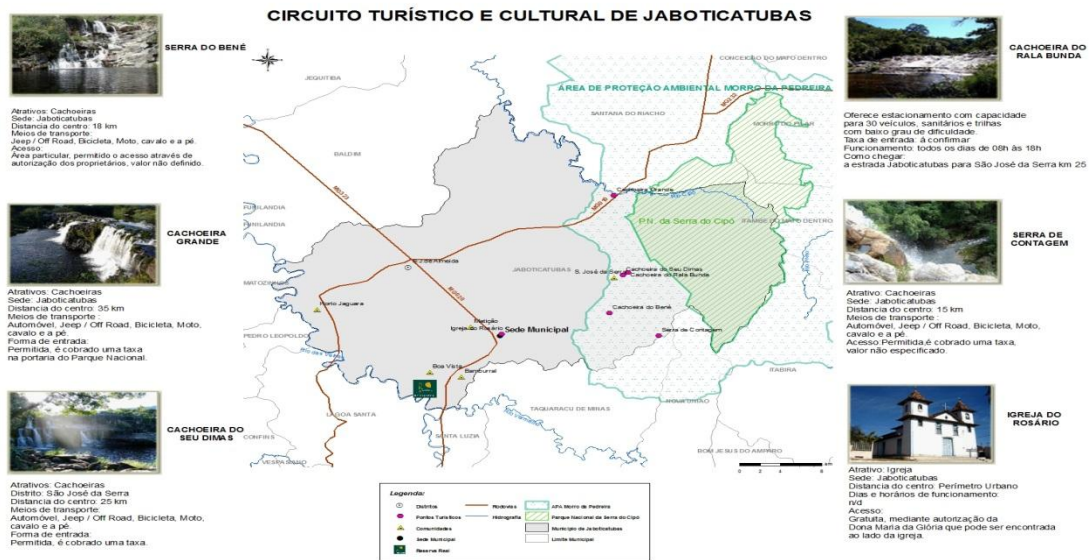
**CLÁUSULA PRIMEIRA** – Constitui objeto deste convênio, a regulamentação dos procedimentos a serem adotados na remessa a protesto das Certidões da Dívida Ativa (CDA's) pelo Município, nos termos da Lei Estadual 15424/2004, (Com redação dada pela Lei Estadual 19971 DE 27/12/2011) e LEI FEDERAL 9492/97 (Com redação dada pela lei 12.767/2012).

### Evolução da Receita de Dívida Ativa

Aqui, podemos ver claramente que o efeito da cobrança da Dívida Ativa junto ao Cartório, foi importante para receber dos contribuintes em atraso. Não podemos considerar aumento de receita em relação aos anos anteriores, devido a dívida ter diminuído, de acordo com os pagamentos efetuados pelos devedores. Destaque para o ano de 2015 e 2016, quando da implantação do convênio com IEPT/MG.



## Desenvolver as Vocações Naturais do Município – Agropecuária e Turismo



Assinatura de Termo de Associação com Municípios no Entorno do Parque Nacional da Serra do Cipó

### Implantação da Diretoria de Desenvolvimento Econômico

10 pequenas empresas com contrato assinado e 5 já em funcionamento até 2017.

Geração de 50 empregos

Empresas de produção de blocos, muro, casas pré-fabricadas, fabricação de Pias de mármore entre outras.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE JABOTICATUBAS

CEP 35.830-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

### TERMO ASSOCIATIVO

*TERMO ASSOCIATIVO Nº 01/2017 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE JABOTICATUBAS E O CIRCUITO TURÍSTICO PARQUE NACIONAL DA SERRA DO CIPÓ.*

O Município de JABOTICATUBAS, com sede à Praça Nossa Senhora da Conceição, CNPJ: 18.715.417/0001-04, a seguir denominado Jaboticatubas, representado por seu prefeito Municipal Eneimar Adriano Marques, Brasileiro, Casado, portador da Carteira de Identidade nº M – 8793.860 e do CPF nº 027.708.466-04, residente à Rua do Engenho nº 30 Sagrada Família, e a Associação dos Municípios do Circuito Turístico Parque Nacional da Serra do Cipó, doravante denominada AMPASC, sociedade civil de direito público, sem fins lucrativos, com sede à Rodovia MG 010, km 97, nº 1.453, loja 01, Distrito Serra do Cipó, Santana do Riacho – MG, CEP 35.847-000, inscrito no CNPJ sob o nº 05.072.383/0001-27, neste ato representada por sua Presidente Rejane Ottoni Santa Bárbara, brasileira, portadora da Carteira de Identidade nº MG 5.279.912 e do CPF nº 750.664.176-00, residente à Rua Luiz Maria, 212 – Brejo – Conceição do Mato Dentro – MG – CEP 35.860-000, considerando o disposto nas hipóteses de não aplicabilidade da Lei Federal nº 13.019/2014 no seu art. 3º não se aplicam as exigências desta lei.

[...]

Melhorar recursos de Empréstimo P`RONAF, para a Agricultura Familiar- Compra direta para merenda escolar

RELAÇÃO DAS COMPRAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DIRETAMENTE DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO PRODUTOR RURAL DESTINADO À ALIMENTAÇÃO ESCOLAR			
MUNICÍPIO DE JABOTICATUBAS/MG			PERÍODO DE REFERÊNCIA: 2013-2017
ANO	NÚMERO DA CHAMADA PÚBLICA	TOTAL CHAMADA PÚBLICA	TOTAL ANO
2013	Procedimento Licitatório 004/033/090/2013	Valores R\$ 7.771,50, R\$ 13.260,00, R\$ 15.286,20 respectivamente	R\$ 36.317,70
2014	Procedimento Licitatório 001/031/040/2014 Chamada Pública 2014	Valores R\$ 15.663,00, R\$ 30.085,20, R\$ 14.383,80, R\$ 33.409,67 respectivamente	R\$ 93.541,67
2015	Procedimento Licitatório 004/047/089/2015 Chamada Pública 2015	Valores R\$ 59.039,32, R\$ 50.560,50, R\$ 32.426,60 respectivamente	R\$ 142.026,42
2016	Procedimento Licitatório 008/038/066/2016 Chamada Pública 2016	Valores R\$ 14.666,40, R\$ 32.188,00, R\$ 23.084,30 respectivamente	R\$ 69.938,70
2017	Procedimento Licitatório 005/037/059/2017 Chamada Pública 2017	Valores R\$ 54.444,85, R\$ 23.078,25, R\$ 32.395,22 respectivamente	R\$ 109.918,32
TOTAL			R\$ 451.742,81

Informações obtidas através dos Relatórios do Setor de Licitações e Contratos.

Nayana Karla Marques Silva – Membro da Comissão de Licitações do Município de Jaboticatubas/MG

## Implantação do Portal de Transparência – Canal de Comunicação com a População

Importante canal de comunicação com a Sociedade e como forma de possibilitar a fiscalização dos atos da Administração pela população.



### PREFEITURA MUNICIPAL DE JABOTICATUBAS

CEP 35.830-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

DECRETO Nº 1730, DE 22 DE MAIO DE 2013.

#### REGULAMENTA O ACESSO A INFORMAÇÕES DE QUE TRATA A LEI 12.527/2011, NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Jaboticatubas, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais,

#### DECRETA:

Art. 1º - Este Decreto regulamenta, no âmbito do Poder Executivo Municipal, os procedimentos para a garantia de acesso à informação e para a classificação de informações sob restrição de acesso, conforme disposto na Lei Federal 12.527, de 18 de novembro de 2011.

Art. 2º - Para os efeitos deste Decreto, considera-se:

- I – informação – dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato.
- II – dados processados – dados submetidos a qualquer operação ou tratamento por meio de processamento eletrônico ou por meio automatizado com o emprego de tecnologia da informação;
- III – documento – unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato;
- IV – informação sigilosa – informação submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado, e aquelas abrangidas pelas demais hipóteses legais de sigilo;
- V – informação pessoal – informação relacionada à pessoa natural identificada ou identificável, relativa à intimidade, vida privada, honra e imagem;
- VI - tratamento da informação - conjunto de ações referentes à produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transporte, transmissão, distribuição, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação, destinação ou controle da informação;
- VII - disponibilidade - qualidade da informação que pode ser conhecida e utilizada por indivíduos, equipamentos ou sistemas autorizados;
- VIII - autenticidade - qualidade da informação que tenha sido produzida, expedida, recebida ou modificada por determinado indivíduo, equipamento ou sistema;
- IX - integridade - qualidade da informação não modificada, inclusive quanto à origem, trânsito e destino;



## Implantação da Gestão de frotas - Manutenção de equipamentos, veículos e abastecimento

### CONTRATO Nº 009/2014

O MUNICÍPIO DE JABOTICATUBS/MG, CNPJ Nº18.715.417/0001-04, com sede na Praça Nossa Senhora da Conceição, nº 38 - Centro em Jaboticatubas/MG, a seguir denominado CONTRATANTE, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Fábio Moreira Santos, brasileiro, casado, portador do CPF nº 508.171.836-04 e Carteira de Identidade RG nº M-3.322.316; e a empresa TRIVALE ADMINISTRAÇÃO LTDA, CNPJ Nº 00.604.122/0001-97, com sede na Rua Machado de Assis, 904, Centro em Uberlândia/MG, CEP: 38.400-112, a seguir denominada CONTRATADA, neste ato representada pela Sra. Vanessa Ribeiro Santos, portadora do CPF nº 112.967.406-17 e RG nº MG-17.177.144, resolvem firmar o presente contrato para serviço de manutenção preventiva e corretiva de veículos com fornecimento de peças, como especificado no seu objeto, em conformidade com o Processo Licitatório nº 116/2013, na modalidade Pregão Presencial nº 075/2013, sob a regência das Leis Federais n.ºs 10.520/02 e 8.666/93, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem por objeto Registro de Preços para contratação do serviço de implantação e operação de gerenciamento da frota de veículos, motos e máquinas da Prefeitura Municipal de Jaboticatubas/MG por meio de sistema informatizado, com utilização de tecnologia de cartão eletrônico, para manutenção preventiva e corretiva, incluindo o fornecimento de peças, pneus novos, câmaras de ar, protetores, lubrificantes, componentes, acessórios e materiais.

## Capacitação de Servidores e Revisão das Despesas Municipais – Diagnósticos



## Reunião com a Câmara de Vereadores para Revisão das Leis



## Implantação do Georreferenciamento – Resumo Imobiliário

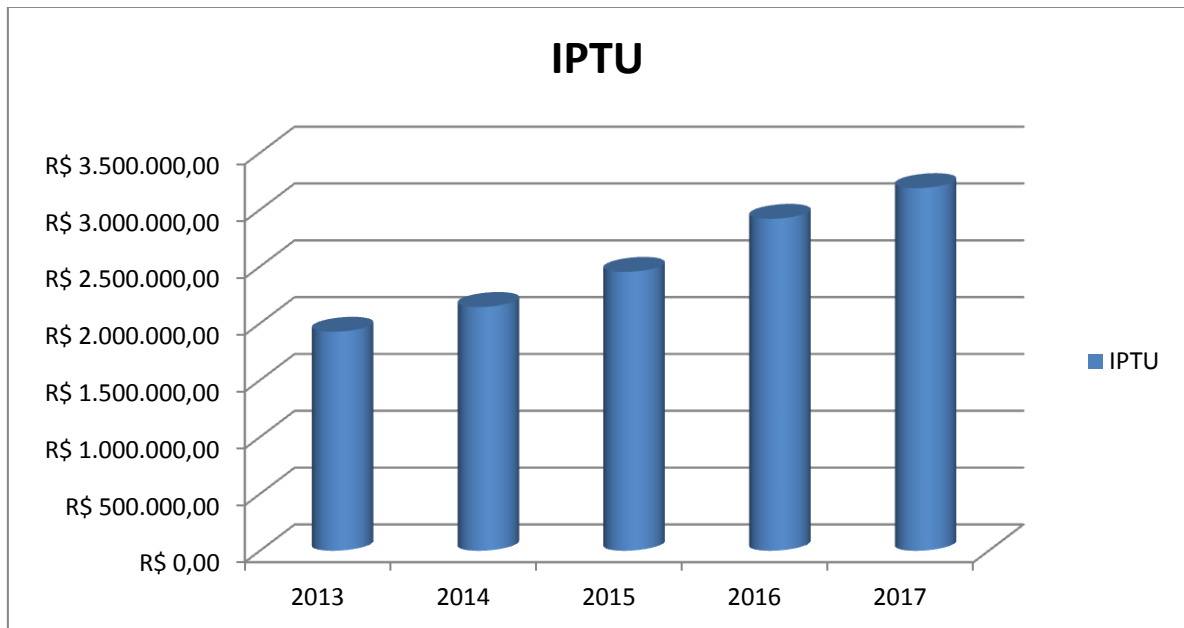
<b>Resumo das Irregularidades</b> <span style="float: right;">✖</span>			
<input type="button" value="Filtrar"/>		<input type="button" value="Imprimir"/>	
Filtro: Todos os Imóveis			
Total geral de imóveis:	<b>20.629</b>	Total de imóveis regular:	<b>10.290</b>
Total de imóveis mapeado:	<b>16.496</b>	Total de imóveis territoriais:	<b>10.227</b>
Total de imóveis Irregular:	<b>6.206</b>	Total de imóveis prediais:	<b>6.269</b>
Total de imóveis homologado:	<b>14.007</b>	Total de imóveis não homologado:	<b>2.489</b>
Total de imóveis com foto:	<b>14.437</b>	Total de imóveis sem foto:	<b>2.059</b>
<b>Acréscimo de área predial</b>		<b>Decréscimo de área predial</b>	
Número de imóveis	<b>1.829</b>	Número de imóveis	<b>4</b>
Área Aferida:	<b>359.886,02</b>	Área Aferida:	<b>556,28</b>
Área Declarada:	<b>192.117,10</b>	Área Declarada:	<b>1.300,54</b>
Diferença:	<b>167.768,92</b>	Diferença:	<b>-744,26</b>
<b>Territorial para Predial</b>		<b>Predial para Territorial</b>	
Número de imóveis	<b>3.014</b>	Número de imóveis	<b>2</b>
Área Aferida:	<b>426.134,68</b>	Área Aferida:	<b>91,00</b>

Neste quadro podemos ver que houve aumento no acréscimo de área predial em 167.768,92 m<sup>2</sup>.

### Implantação do Georrecenciamento: Foto da área central com Vínculos e Cadastro IPTU



**Evolução das receitas de IPTU – 2013/2017**



Com relação a receita de IPTU, o aumento real, conforme tabela. Vide quadro de aumento real do IPTU pag. 32.

**Resultados de ganho real anual**

2013	2014	2015	2016	2017
Não foi referenciado para 2012	R\$ 111.365,41	R\$ 251.906,86	R\$ 208.050,36	R\$ 59.984,76

**Elaboração de Projetos para busca de recursos junto ao Governo Federal e Estadual 2013/2017**

- ✓ Elaboração de Projeto e busca de recursos, na ordem de:
  - ✓ R\$ 8.050.141,26 oriundos de emendas parlamentares, sendo que;
  - ✓ R\$ 5.593.449,13 estão em andamento para serem executados na atual gestão


Projetos elaborados junto aos Ministérios das Cidades, Esportes, Saúde, Coordenadoria de Desenvolvimento do Vale do São Francisco - CODEVASF, do Governo Federal, Secretaria de Obras, Secretaria de Saúde do Estado de Minas, para obras de pavimentação de ruas, Redes Pluvial, Rede de Esgoto, Contenção de córregos, com construção de Gabião, Pontes, Quadras, reforma e ampliação e construção de UBS.

**Abaixo tabela caixa-SINCONV- Recursos 2016 a 2016**

**Em 2017 não dados no Sistema**

**Fonte - [www.Caixa.gov.br](http://www.Caixa.gov.br)**

## Recursos Convênios- 2013


Compromisso com o Brasil

[Acessar minha conta](#)

### Acompanhamento de Operações

Setor Público

[Início](#) > [Filtro](#) > [Lista](#)

#### Operações de Fomento

2013 ✕ JABOTICATUBAS ✕ MG ✕

Contrato ↑↓	SICONV ↑↓	SIAFI ↑↓	Ano ↑↓	UF ↑↓	Localidade ↑↓	Proponente ↑↓	Valor (R\$) ↑↓	Fotos ↑↓
0410484-28			2013	MG	JABOTICATUBAS	CIA DE SANEAMENTO DE	3.673.205,68	
0412833-85			2013	MG	JABOTICATUBAS	MUNICIPIO DE JABOTIC	6.891.558,58	
1006787-09	0560082013	0787822	2013	MG	JABOTICATUBAS	MUNICIPIO DE JABOTIC	354.617,55	
1009711-30	0715642013	0792431	2013	MG	JABOTICATUBAS	MUNICIPIO DE JABOTIC	165.300,00	
1010011-11	0560062013	0792628	2013	MG	JABOTICATUBAS	MUNICIPIO DE JABOTIC	531.936,60	
1010908-41	0560002013	0794490	2013	MG	JABOTICATUBAS	MUNICIPIO DE JABOTIC	522.008,21	
1012927-63	0677852013	0796883	2013	MG	JABOTICATUBAS	MUNICIPIO DE JABOTIC	102.500,00	
Total de Contratos: 7						Valor Total: R\$ 12.241.126,62		

[ 1 ]

*\*As operações em azul ainda não foram contratadas*

VOLTAR
NOVA CONSULTA
IMPRIMIR
EXPORTAR

ACESSO À INFORMAÇÃO | SEGURANÇA | IMPRENSA

## Recursos 2014


Compromisso com o Brasil

[Acessar minha conta](#)

### Acompanhamento de Operações

Setor Público

[Início](#) > [Filtro](#) > [Lista](#)

#### Operações de Fomento

2014 ✕ JABOTICATUBAS ✕ MG ✕

Contrato ↑↓	SICONV ↑↓	SIAFI ↑↓	Ano ↑↓	UF ↑↓	Localidade ↑↓	Proponente ↑↓	Valor (R\$) ↑↓	Fotos ↑↓
1015249-06	0279022014	0805069	2014	MG	JABOTICATUBAS	MUNICIPIO DE JABOTIC	253.750,00	
1015649-99	0289812014	0803293	2014	MG	JABOTICATUBAS	MUNICIPIO DE JABOTIC	618.472,00	
1015677-82	0268272014	0803195	2014	MG	JABOTICATUBAS	MUNICIPIO DE JABOTIC	320.849,13	
1019740-63	0354922014	0801090	2014	MG	JABOTICATUBAS	MUNICIPIO DE JABOTIC	128.000,00	
1022135-80	0344342014	0814665	2014	MG	JABOTICATUBAS	MUNICIPIO DE JABOTIC	360.000,00	
Total de Contratos: 5						Valor Total: R\$ 1.681.071,13		

[ 1 ]

*\*As operações em azul ainda não foram contratadas*

VOLTAR
NOVA CONSULTA
IMPRIMIR
EXPORTAR

ACESSO À INFORMAÇÃO | SEGURANÇA | IMPRENSA

## Recursos 2015


Compromisso com o Brasil

[Acessar minha conta](#)

### Acompanhamento de Operações

Setor Público

[Início](#) > [Filtro](#) > [Lista](#)

**Operações de Fomento**

2015 ✕ JABOTICATUBAS ✕ MG ✕

Contrato ↑↓	SICONV ↑↓	SIAFI ↑↓	Ano ↑↓	UF ↑↓	Localidade ↑↓	Proponente ↑↓	Valor (R\$) ↑↓	Fotos ↑↓
1023417-71	0238482015	0819685	2015	MG	JABOTICATUBAS	MUNICIPIO DE JABOTIC	266.044,23	
1023777-02	0238552015	0819694	2015	MG	JABOTICATUBAS	MUNICIPIO DE JABOTIC	255.684,00	
1026469-95	0241782015	0820413	2015	MG	JABOTICATUBAS	MUNICIPIO DE JABOTIC	106.000,00	
Total de Contratos: 3						Valor Total: R\$ 627.728,23		

[ 1 ]

\*As operações em azul ainda não foram contratadas

VOLTAR
NOVA CONSULTA
IMPRIMIR
EXPORTAR

[ACESSO À INFORMAÇÃO](#) | [SEGURANÇA](#) | [IMPRESA](#)

## Recursos 2016


Compromisso com o Brasil

[Acessar minha conta](#)

### Acompanhamento de Operações

Setor Público

[Início](#) > [Filtro](#) > [Lista](#)

**Operações de Fomento**

2016 ✕ JABOTICATUBAS ✕ MG ✕

Contrato ↑↓	SICONV ↑↓	SIAFI ↑↓	Ano ↑↓	UF ↑↓	Localidade ↑↓	Proponente ↑↓	Valor (R\$) ↑↓	Fotos ↑↓
1028718-13	0068132016	0831773	2016	MG	JABOTICATUBAS	MUNICIPIO DE JABOTIC	150.000,00	
1031837-88	0127112016	0829994	2016	MG	JABOTICATUBAS	MUNICIPIO DE JABOTIC	273.444,58	
1032468-58	0126872016	0838360	2016	MG	JABOTICATUBAS	MUNICIPIO DE JABOTIC	250.000,00	
1036306-75	0370752016	0840547	2016	MG	JABOTICATUBAS	MUNICIPIO DE JABOTIC	305.300,00	
Total de Contratos: 4						Valor Total: R\$ 978.744,58		

[ 1 ]

\*As operações em azul ainda não foram contratadas

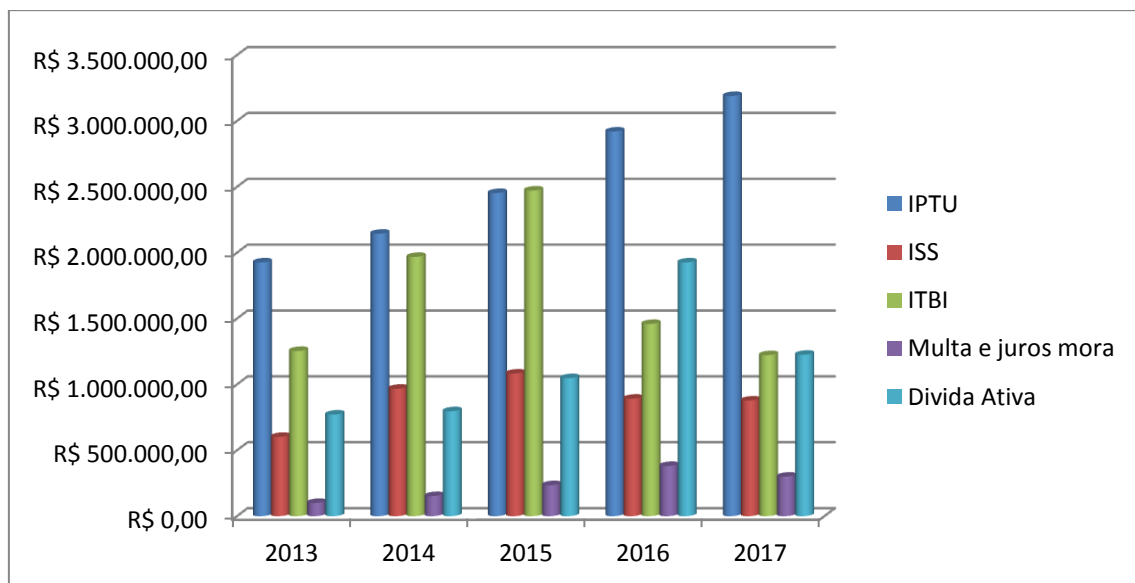
VOLTAR
NOVA CONSULTA
IMPRIMIR
EXPORTAR

[ACESSO À INFORMAÇÃO](#) | [SEGURANÇA](#) | [IMPRESA](#)

## 6 - Conclusão

Pelo exposto no trabalho, é possível observar que os esforços para implantação do Plano de Governança Municipal geram resultados importantes para melhoria das receitas Municipais. Os objetivos de implantar ações de grande importância para a Gestão Pública Municipal foram cumpridos de forma significativa, o que proporcionou uma melhora nas receitas Municipais.

Abaixo dados do Município referente aos anos de 2013, 2014, 2016 e 2016



Em análise aos dados das receitas apresentados fizemos uma comparação com a inflação do período de todas as receitas Municipais e das correções das plantas de valores referente ao IPTU pelo IGM, para ver se de fato houve o aumento das receitas.

### Quadro das receitas Municipais/R\$

Imposto	2013	2014	2015	2016	2017
IPTU	r\$1.926.510,67	2.144.412,12	2.453.360,34	2.919.994,88	3.189.927,27
ISS	602.098,03	967.459,99	1.082.823,23	891.845,99	878.106,17
ITBI	1.254.107,17	1.968.266,01	2.472.131,75	1.459.072,97	1.222.916,49
DIVIDA ATIVA	771.345,51	796.659,16	1.047.871,54	1.926.388,75	1225.465,51
MULTA E JUROS DE MORA	100.714,83	152.503,73	235.403,94	381.350,99	300.141,18

### Levantamento de ganho real do aumento de Receita do IPTU

Valor IPTU corrigido pelo IGPM, em 2013, descontado para o valor de 2014.

IPTU/2013	IGPM/2013 (5,53%)	IPTU Corrigido	Receita IPTU 2014	Ganho Real
R\$ 1.926.510,67	R\$ 106.536,04	R\$ 2.033.046,71	R\$ 2.144.412,12	R\$ 111.365,41

Valor IPTU corrigido pelo IGPM, em 2014 descontado para o valor de 2015.

IPTU/2014	IGPM/2014 (2,66%)	IPTU Corrigido	Receita IPTU 2015	Receita - IGPM
R\$ 2.144.412,12	R\$ 57.041,36	R\$ 2.201.453,48	R\$ 2.453.360,34	R\$ 251.906,86

Valor IPTU corrigido pelo IGPM, em 2015 descontado para o valor de 2016.

IPTU/2015	IGPM/2015 (10,54%)	IPTU Corrigido	Receita IPTU 2016	Receita - IGPM
R\$ 2.453.360,34	R\$ 258.584,18	R\$ 2.711.944,52	R\$ 2.919.994,88	R\$ 208.050,36

Valor IPTU corrigido pelo IGPM, em 2016 descontado para o valor de 2017.

IPTU/2016	IGPM/2016 (7,19%)	IPTU Corrigido	Receita IPTU 2017	Receita - IGPM
R\$ 2.919.994,88	R\$ 209.947,63	R\$ 3.129.942,51	R\$ 3.189.927,27	R\$ 59.984,76

#### Resultados de ganho real anual

2013	2014	2015	2016	2017
Não foi referenciado para 2012	R\$ 111.365,41	R\$ 251.906,86	R\$ 208.050,36	R\$ 59.984,76

### Levantamento de ganho real do aumento de Receita do ISS

Valor ISS corrigido pelo IGPM, em 2013, descontado para o valor de 2014.

ISS/2013	IGPM/2013 (5,53%)	ISS Corrigido	Receita ISS 2014	Ganho Real
R\$ 602.098,03	R\$ 33.296,02	R\$ 635.394,05	R\$ 967.459,99	R\$ 332.065,94

Valor ISS corrigido pelo IGPM, em 2014 descontado para o valor de 2015.

ISS/2014	IGPM/2014 (2,66%)	ISS Corrigido	Receita ISS 2015	Receita - IGPM
R\$ 967.459,99	R\$ 25.734,44	R\$ 993.194,43	R\$ 1.082.823,23	R\$ 89.628,80

Valor ISS corrigido pelo IGPM, em 2015 descontado para o valor de 2016.

ISS/2015	IGPM/2015 (10,54%)	ISS Corrigido	Receita ISS 2016	Receita - IGPM
R\$ 1.082.823,23	R\$ 114.129,57	R\$ 1.196.952,80	R\$ 891.845,99	-R\$ 305.106,81

Valor ISS corrigido pelo IGPM, em 2016 descontado para o valor de 2017.

ISS/2016	IGPM/2016 (7,19%)	ISS Corrigido	Receita ISS 2017	Receita - IGPM
R\$ 891.845,99	R\$ 64.123,73	R\$ 955.969,72	R\$ 878.106,17	-R\$ 77.863,55

#### Resultados de ganho real anual

2013	2014	2015	2016	2017
Não foi referenciado para 2012	R\$ 332.065,94	R\$ 89.628,80	-R\$ 305.106,81	-R\$ 77.863,55

ISS, tivemos valores negativos devido a crise e diminuição da atividade econômica.



### Levantamento de ganho real do aumento de Receita de ITBI

Valor ISS corrigido pelo IGPM, em 2013, descontado para o valor de 2014.

ITBI/2013	IGPM/2013 (5,53%)	ITBI Corrigido	Receita ITBI 2014	Ganho Real
R\$ 1.254.107,17	R\$ 69.352,13	R\$ 1.323.459,30	R\$ 1.968.266,01	R\$ 644.806,71

Valor ISS corrigido pelo IGPM, em 2014 descontado para o valor de 2015.

ITBI/2014	IGPM/2014 (2,66%)	ITBI Corrigido	Receita ITBI 2015	Receita - IGPM
R\$ 1.968.266,01	R\$ 52.355,88	R\$ 2.020.621,89	R\$ 2.472.131,75	R\$ 451.509,86

Valor ISS corrigido pelo IGPM, em 2015 descontado para o valor de 2016.

ITBI/2015	IGPM/2015 (10,54%)	ITBI Corrigido	Receita ITBI 2016	Receita - IGPM
R\$ 2.472.131,75	R\$ 260.562,69	R\$ 2.732.694,44	R\$ 1.459.072,97	-R\$ 1.273.621,47

Valor ISS corrigido pelo IGPM, em 2016 descontado para o valor de 2017.

ITBI/2016	IGPM/2016 (7,19%)	ITBI Corrigido	Receita ITBI 2017	Receita - IGPM
R\$ 1.459.072,97	R\$ 104.907,35	R\$ 1.563.980,32	R\$ 1.222.916,46	-R\$ 341.063,86

#### Resultados de ganho real anual

2013	2014	2015	2016	2017
Não foi referenciado para 2012	R\$ 644.806,71	R\$ 451.509,86	-R\$ 1.273.621,47	-R\$ 341.063,86

Da mesma Forma, ITBI com diminuição da atividade econômica, diversos Empreendimentos imobiliários do Município, paralisaram os investimentos.

### Levantamento de ganho real do aumento de Receita do Divida Ativa

Valor ISS corrigido pelo IGPM, em 2013, descontado para o valor de 2014.

DA/2013	IGPM/2013 (5,53%)	DA Corrigido	Receita DA 2014	Ganho Real
R\$ 771.345,51	R\$ 42.655,41	R\$ 814.000,92	R\$ 796.659,16	-R\$ 17.341,76

Valor ISS corrigido pelo IGPM, em 2014 descontado para o valor de 2015.

DA/2014	IGPM/2014 (2,66%)	DA Corrigido	Receita DA 2015	Receita - IGPM
R\$ 796.659,16	R\$ 21.191,13	R\$ 817.850,29	R\$ 1.047.871,54	R\$ 230.021,25

Valor ISS corrigido pelo IGPM, em 2015 descontado para o valor de 2016.

DA/2015	IGPM/2015 (10,54%)	DA Corrigido	Receita DA 2016	Receita - IGPM
R\$ 1.047.871,54	R\$ 110.445,66	R\$ 1.158.317,20	R\$ 1.926.388,75	R\$ 768.071,55

Valor ISS corrigido pelo IGPM, em 2016 descontado para o valor de 2017.

DA/2016	IGPM/2016 (7,19%)	DA Corrigido	Receita DA 2017	Receita - IGPM
R\$ 1.926.388,75	R\$ 138.507,35	R\$ 2.064.896,10	R\$ 1.225.465,51	-R\$ 839.430,59

#### Resultados de ganho real anual

2013	2014	2015	2016	2017
Não foi referenciado para 2012	-R\$ 17.341,76	R\$ 230.021,25	R\$ 768.071,55	-R\$ 839.430,59

Divida Ativa, foram negativo 2016 e 2017, porque a divida foi praticamente paga em 2014 e 2015.

### Levantamento de ganho real do aumento de Receita de Multa, juros de Mora

Valor ISS corrigido pelo IGPM, em 2013, descontado para o valor de 2014.

MJM/2013	IGPM/2013 (5,53%)	MJM Corrigido	Receita MJM 2014	Ganho Real
R\$ 100.714,83	R\$ 5.569,53	R\$ 106.284,36	R\$ 152.503,73	R\$ 46.219,37

Valor ISS corrigido pelo IGPM, em 2014 descontado para o valor de 2015.

MJM/2014	IGPM/2014 (2,66%)	MJM Corrigido	Receita MJM 2015	Receita - IGPM
R\$ 152.503,73	R\$ 4.056,60	R\$ 156.560,33	R\$ 235.403,94	R\$ 78.843,61

Valor ISS corrigido pelo IGPM, em 2015 descontado para o valor de 2016.

MJM/2015	IGPM/2015 (10,54%)	MJM Corrigido	Receita MJM 2016	Receita - IGPM
R\$ 235.403,94	R\$ 24.811,58	R\$ 260.215,52	R\$ 381.350,99	R\$ 121.135,47

Valor ISS corrigido pelo IGPM, em 2016 descontado para o valor de 2017.

MJM/2016	IGPM/2016 (7,19%)	MJM Corrigido	Receita MJM 2017	Receita - IGPM
R\$ 381.350,99	R\$ 27.419,14	R\$ 408.770,13	R\$ 300.141,18	-R\$ 108.628,95

#### Resultados de ganho real anual

2013	2014	2015	2016	2017
Não foi referenciado para 2012	R\$ 46.219,37	R\$ 78.843,61	R\$ 121.135,47	-R\$ 108.628,95

### 6.1 - Considerações finais

Em relação ao trabalho realizado, foi possível perceber que as ações de implantação do Plano de Governança Municipal, foram feitas de forma a cumprir as metas estipuladas no trabalho. Deste a implantação do Plano Diretor, Plano Municipal de Saneamento Básico, Leis e atualização das legislações necessárias a modernização Administrativa, a capacitação dos servidores municipais, Georreferenciamento, Diretoria de Desenvolvimento Municipal, e principalmente a valorização das vocações naturais do Município com a busca de aproximação da Sede, com o Parque Nacional da Serra do Cipó, além de implantar juntamente com a EMATER, um projeto de incentivo na montagem de projetos para busca de recursos do PRONAF, junto a órgãos financeiros para emprestar ao Agricultor Familiar, houve um aumento significativo nos valores captados para empréstimo para financiamento da produção em todo o Município.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Confederação Nacional de Municípios – **Livro** - CNM Gestão Municipal: Projetos em Ação 2018. Boas práticas compartilhadas para as Finanças Municipais – Brasília: CNM, 2018. 76 páginas. ISBN 978-85-8418-099-8 Palavras-chave: Finanças municipais. Boas práticas. Receitas. Arrecadação. Gestão Pública. Controle social. Imposto Sobre Serviço (ISS).

### **Pesquisa na internet (acesso feito nos meses de julho e agosto)**

Caixa [www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)

Confederação Nacional de Municípios

<https://www.cnm.org.br/cms/biblioteca/Carga%20Tribut%C3%A1ria%20de%202017%20do%20Brasil.pdf>

**Codevasf-** <http://www.codevasf.gov.br/principal/perimetros-irrigados/elenco-de-projetos/jaiba-1>

EXAME <https://exame.abril.com.br/economia/veja-no-grafico-o-sobe-e-desce-da-inflacao-nos-ultimos-20-anos/-pesquisa> em 09/10/18

GEOSYSTEM – GI Informática e Internet

IBGE - <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/precos-e-custos/9258-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor.html?=&t=series-historicas- pesquisa> em 09/10/18

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). 1 Texto para discussão no 1875 – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td\\_1875.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1875.pdf)>.

**Siconfi**

[https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/pages/public/consulta\\_finbra/finbra\\_list.jsf](https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/pages/public/consulta_finbra/finbra_list.jsf)